

Política CONGRESSO

Acerto para convocar a Constituinte

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Os três maiores partidos do Congresso — PMDB, PDS e PFL — acertaram ontem a forma de votar a emenda do Executivo que convoca a Constituinte. O acordo prevê que os pontos considerados polêmicos devem ser votados em destaque, na forma de um substitutivo. Para isso, existem duas alternativas: uma é a de um substitutivo similar à emenda do governo (contendo a convocação); outra é a de um substitutivo contendo apenas os pontos polêmicos.

A dificuldade no caso do substitutivo das discordâncias é que, como substitutivo, ele tem preferência de votação sobre a emenda. Assim, as lideranças estudam um acordo que inverta a ordem da votação, deixando a emenda do Executivo em primeiro lugar. A expectativa em relação à reunião de ontem à noite na residência do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que começou às 20 horas, era de que o acordo ficasse sacramentado pelos demais partidos.

Para o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, "a reunião decisiva" discutiria, também, a criação de uma comissão parlamentar ordinária, isto é, que vai cuidar da legislação ordinária durante a Constituinte. O líder do governo ainda pretende a inclusão no substitutivo de uma proposta que autorize



Pimenta da Veiga

a escolha do presidente da Constituinte logo na primeira reunião da Assembléia. Segundo o deputado, "tem de estar no texto a eleição da Mesa da Constituinte".

Já o líder do PDS, Prisco Viana, acha "que é uma interferência na Constituinte. Parece-nos uma questão regimental a escolha do presidente da Mesa". O parlamentar pedesta demonstrou "simpatia" sobre a tese da comissão parlamentar ordinária e defendeu a aprovação da emenda do governo "como está". O líder da oposição acrescentou que "todos os complicadores foram agregados pelo PMDB", através de emendas. Assim, "a responsabilidade de sustentação do projeto do governo é da Aliança Democrática", sentencia Prisco Viana.

Marchezan alerta contra demora nos trabalhos

por Milton Wells
de Porto Alegre

O deputado Nelson Marchezan, presidente do PDS/RS, disse ontem que os partidos políticos devem negociar com o governo a definição de um prazo para a conclusão das atividades da Assembléia Nacional Constituinte que irá elaborar a nova Carta Magna do País. Ele teme por um protelamento do período reservado ao trabalho da Constituinte, o que acarretaria, a seu ver, um enfraquecimento da autoridade no País e maior vulnerabilidade a eventuais crises políticas ou sociais. Ao participar ontem de reunião-híbrida na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Marchezan foi crítico novamente em relação à fórmula escolhida pe-

lo governo para a definição de uma nova Carta. A seu ver, a Constituinte autônoma, defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seria a forma mais legítima para a Constituinte, explicando que a congressual será sensível a manobras do Poder Executivo. "Reconheço que a Constituinte autônoma enfrenta problemas e dificilmente irá viabilizar-se", afirmou. "Mas sem qualquer dúvida ela seria muito mais eficaz e soberana."

Para Marchezan, a Constituinte poderia instalar-se em julho, concluindo seu trabalho no máximo até dezembro de 1986. Os parlamentares a serem eleitos com poderes constituintes deveriam ser filiados a partidos políticos, com condições de se reelegerem na eleição imediata.

GAZETA MERCANTIL

Governo quer um substitutivo

9 OUT 1985

por Helena Daltra
de Brasília

A emenda que convoca e instala a Assembléia Nacional Constituinte será votada nos dias 21, 22 e 23 deste mês e o governo quer aprovar um substitutivo que não altere substancialmente o texto original enviado pelo presidente José Sarney ao Congresso. A decisão foi ratificada ontem por Sarney, pelos líderes do PMDB e do PFL, pelos ministros da Justiça, Fernando Lyra, e do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, durante a reunião do Conselho Político, no Planalto.

A mensagem do Executivo instala a Constituinte no dia 31 de janeiro de 1987. E um texto enxuto, de apenas três parágrafos, que delega ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, a missão de dirigir a sessão de eleição do presidente

da Constituinte e especifica que o projeto de Constituição, a nona Carta que terá o País, será promulgado após aprovado em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Constituinte.

Muitas propostas surgiram no Congresso. São elas: eleição de candidatos avulsos; eleição de 123 delegados constituintes; prazo de desincompatibilização para um ano ou nove meses; ampliação da anistia aos militares punidos por atos políticos; Constituinte autônoma; e eleição em datas diferentes para governadores e constituintes.

O Planalto é contra essas medidas. Admite negociar um aumento do prazo de desincompatibilização que não seja de um ano, embora não concorde substancialmente com a proposta. A maioria dos membros do Conselho Político também é contra a maior parte

das propostas, conforme assegurou o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli. O senador disse que durante a reunião do Conselho Político a cúpula dos dois partidos e do governo admitiu que o Congresso faça apenas pequenas modificações, tais como alteração da data de instalação da Constituinte e, se houver respaldo e acordos partidários na Câmara e no Senado, modificação do prazo de desincompatibilização.

Quanto à votação da emenda, ficou decidido que podem ser adotadas duas alternativas: votar em primeiro lugar a mensagem do Executivo e depois as subemendas contendo as propostas polêmicas ou votar um substitutivo do relator da matéria na comissão mista, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que englobe a mensagem do presidente, ou seja, não altere substancialmente o texto original.

O acordo firmado entre os três maiores partidos deixa os demais "falando sozinhos", como previu o líder do PDT, Nadir Rossetti. Entretanto, na reunião, seu partido iria insistir em eleições gerais, na anistia — proposta do deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) — e no fim das leis de exceção. Na questão do prazo de desincompatibilização, o PDT, através de seu líder, defende o tempo de quatro e seis meses, "como está na Constituição". Para Nadir Rossetti, "não tem porque desestruturar governos doze meses antes das eleições". Para a

escolha do presidente da Constituinte, o PDT defende apenas a definição da forma.

Entre as diversas opiniões sobre o que poderia ou não ser aprovado, uma que recebia apoio era a do deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG). Segundo o deputado, "já está certa" a inclusão no substitutivo, para serem aprovados, pela comissão ordinária, da troca da data — 31 de janeiro para 1º de fevereiro a instalação da assembléia — e da atribuição de poderes constituintes às assembleias estaduais para reformarem suas constituições.

O deputado não quis divulgar sua fonte nem se foi através "da bola de cristal".

A anistia aos militares e civis é um ponto provável de não aprovação, embora PDT, PTB e PT não abram mão de aprová-la. PDT e PT vão mais longe: "É ponto inegociável"; já o PCB, segundo Alberto Goldman, defende o envio de outra lei para a anistia. Os comunistas acham que a anistia não deve ser votada junto com a Constituinte. O relator da comissão, Flávio Bierrenbach, disse sobre o assunto que espera resposta das áreas milita-

res e do ministro da Administração, Aluizio Alves, para definir como encaminhar a questão.

Na reunião com Ulysses Guimarães e demais lideranças, o PTB, o PDT, o PT e o PCB — que até o fim da tarde não havia sido formalmente convidado, assim como o PC do B — tentariam mudar a forma de representação dos estados, isto é, número de representantes proporcional ao número de eleitores. Gastone Righi (PTB-SP) argumenta que "120 eleitores de São Paulo representam a mesma coisa que um do Acre".